

HISTÓRIA SOCIAL, CONTATO E A AQUISIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO L2

**SOCIAL HISTORY, CONTACT AND THE ACQUISITION
OF BRAZILIAN PORTUGUESE AS L2**

Maria Eugenia Lammoglia | [Lattes](#) | eugenia@letras.ufrj.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

Resumo: Este artigo reinterpreta resultados de análises contrastivas de peças de teatro portuguesas e brasileiras escritas ao longo dos séculos XIX e XX, levando em conta informações sobre os quase quatrocentos anos de colonização do Brasil, em que a presença de escravizados africanos e seus descendentes, sempre superior à de imigrantes portugueses, e o contato entre eles foi intenso. A grande mobilidade populacional propiciada pelas atividades nos engenhos, no garimpo, na cultura cafeeira, entre outras, contribuiria para a miscigenação e a propagação do português por esse grande contingente, formado majoritariamente por analfabetos, tanto os escravos e trabalhadores portugueses quanto portugueses, os donos de terras e suas famílias. Os letrados constituíam uma parte ínfima da população, que aprendia o português em Coimbra ou em escolas só acessíveis a uma elite privilegiada. Além da deriva do português arcaico, um fruto desse contato é a emergência de uma variedade do português com significativa contribuição africana, muitas vezes ignorada, porque a escrita produzida por uma minoria não dava espaço ao português geral aqui aprendido como L2. O lento processo de acesso à escola, só iniciado a partir da virada do século XIX, seguindo o modelo lusitano, ainda hoje presente nos livros didáticos, produziria uma diglossia no Brasil entre o português oral e o escrito. Evidências empíricas dessas duas gramáticas são observadas na semelhança entre a escrita portuguesa e brasileira dos anos 1800 e quase metade dos anos 1900, quando finalmente, a gramática brasileira começa a mostrar sua face. Só com o desenvolvimento dos estudos linguísticos com base em gravações a partir dos anos 1970, vemos a confirmação de que os mesmos traços que caracterizam a sintaxe do português brasileiro urbano, “culto” ou “popular”, são atestados nas peças do último quartel do século XX.

Palavras-chave: História social. Contato linguístico. Aquisição de L2. Português brasileiro. Português europeu.

Abstract: This article re-interprets results of contrastive analyses of European and Brazilian theatre plays written across the 19th and the 20th centuries taking into account information about almost four centuries of colonization in Brazil, when the presence of slaved Africans and their descendants, always outnumbering the Portuguese, and the contact among them was intense. As a consequence of the activities in the sugar mills, in the mines of gold and diamonds, and in the coffee farming, among others, there was great mobility from the north-east to the south-east and to the center of the country. This would contribute to miscigenation and the propagation of the Portuguese acquired by the large contingent, constituted mostly by illiterate speakers, not only slaves and Portuguese workers but landlords and their families as well. Literate people constituted a tiny part of the population, who studied in Coimbra or had access to a few schools available to a privileged elite. Besides the drift of Old Portuguese, a consequence of such contact was the emergence of a variety of Portuguese with significant African contribution, many times ignored, because the writing practiced in Brazil by few would not give space to the grammar acquired here as L2. The slow process of access to school, from the turn of the 19th century on, following the European model, still present in school books and grammars, would give rise to a diglossy between speech and writing in Brazil. Empirical evidence of these two grammars are shown in the similarity between the Portuguese and the Brazilian writing attested in the 1800s and almost half of the 1900s, when finally Brazilian grammar begins to show its face. Only since the development of linguistic investigations of recorded speech from the 1970s on could we confirm that the same features characteristic of urban Brazilian syntax, regardless of the level of formal education, are the same attested in the plays of the last quarter of the 20th century.

Keywords: Social history. Language contact. L2 Acquisition. Brazilian Portuguese. European Portuguese.

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo reinterpretar uma série de análises contrastivas de peças de caráter popular, escritas ao longo dos séculos XIX e XX, principalmente por portugueses nascidos, em sua maioria, em Lisboa, e por brasileiros, nascidos no Rio de Janeiro. Essa reinterpretação é feita à luz de dados da história social do Brasil-Colônia, quando se deu o desenvolvimento da gramática do português brasileiro a partir, especialmente, do intenso contato entre as sucessivas levas de africanos escravizados e seus des-

cendentes e as de imigrantes portugueses, na sua quase totalidade analfabetos, vindos de diferentes regiões de Portugal, sempre em quantidade inferior à de escravizados durante esse período. Graças a esse contato, os africanos aprenderam o português, sem deixar de imprimir suas marcas na aquisição da nova gramática, marcas que acabaram por se espalhar pelo país, caracterizando o português brasileiro (PB) em aspectos que o distinguem do português europeu (PE), embora traços decorrentes da deriva lusitana constituam importante face da gramática brasileira. Sem considerar o acesso à escolarização tardia, que viria a ensinar traços de uma gramática não adquirida em solo brasileiro, é inegável que os que chegaram a aprender traços dessa segunda gramática da escola só utilizam boa parte deles na escrita e na fala muito monitorada. Assim, dadas as pequenas diferenças sintáticas que distinguem a fala espontânea dos mais e a dos menos escolarizados, não se justifica uma rígida divisão do português brasileiro urbano em “culto” e “popular”. Temos evidências empíricas que nos permitem fazer essa afirmação.

A Seção 2 apresenta um pouco da história social do Brasil, desde o início da colonização, que coincidiu com a chegada da primeira leva de africanos escravizados em 1538, e traz informações demográficas sobre os mais de trezentos e cinquenta anos de tráfico, antes comandado por Portugal, que teve a participação ativa de reis e chefes africanos, associados ao “empreendimento”, e que teria mais tarde a associação de navios partindo do Brasil, com o mesmo propósito. A seção ainda contempla as primeiras discussões, já no Brasil-Império, sobre a necessidade de alfabetizar a população, analfabeta em sua quase totalidade, um processo que se estenderia até a virada do século XIX, acabando por levar à adoção do modelo de gramática do colonizador. Essa gramática do português europeu moderno (PE), fixada em fins do século XVIII, trazia inovações em relação à gramática do Português Clássico (PC), atestadas a partir do século XVI, e implementadas em Portugal (também eles tiveram seus contatos!), que acabaram por afetar a fonologia e a sintaxe lusitanas, o que sinalizava mudanças de rumo aqui e além-mar, distanciando ainda mais o português do Brasil e de Portugal. Assim, na ocasião em que se decide elaborar um modelo de gramática no Brasil, o conhecimento de tais mudanças por uma elite intelectual, que consistia numa minoria, e a “superioridade cultural” do europeu, viriam a inspirar os intelectuais brasileiros, que, independentes politicamente, se tornavam subservientes a uma gramática com tantos traços diferentes - tanto em relação ao português clássico (PC) quanto ao português adquirido como L2 no Brasil ao longo da colonização. As discussões em torno das questões gramaticais e a lenta implantação de escolas nos

principais centros populacionais, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, a partir do século XIX, e as sucessivas e fracassadas tentativas de universalização do acesso à escola ao longo do século XX serão aqui referidas.

A Seção 3 mostra o quanto a escrita dos poucos letrados do século XIX e de boa parte do século XX “engana” o analista das peças de teatro popular (e certamente de outros gêneros), que acaba por achar que se encontra diante de material que representa o português brasileiro daquela época. Como se verá, só a partir da segunda metade do século XX a face do PB começa a se revelar nas peças de teatro, que trarão evidências empíricas ao que este artigo deseja mostrar: que as análises contrastivas PE-PB que sugerem a presumível mudança na sintaxe brasileira revelada nas curvas das figuras é, na verdade, a revelação da verdadeira gramática do PB, até então escondida sob uma gramática lusitana aprendida por uma minoria com acesso ao seu ensino. As evidências vêm de análises dos padrões de interrogativas-Q, das realizações do sujeito pronominal, do uso de *haver* existencial e dos clíticos não dêiticos - o indefinido *se* para a representação do sujeito indeterminado (de referência arbitrária e genérica), e o acusativo *o/a* e dativo *lhe* para referência à 3ª pessoa e suas formas variantes.

A Seção 4 apresenta traços da gramática do PB a partir do momento em que tivemos acesso a amostras da língua oral, gravadas desde o projeto Norma Urbana Culta (NURC), desenvolvido a partir dos anos 1970, ao mesmo tempo em que foram feitas gravações no Rio de Janeiro da fala de alunos adultos do Projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e, nos anos 1980, do Projeto Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), com falantes do Rio de Janeiro com ensino fundamental e médio. Este último serviria como modelo para a formação de outros bancos de dados pelo nordeste (ValPB) e sul (VarSul), espalhando-se por tantos outros estados do Brasil. Veremos que os resultados revelados nas análises mostram o que é, de fato, o PB, resultante do contato intenso, revelado na fala “não culta” e “culto”, com muito mais semelhanças do que diferenças.

O êxito relativo dos lentos programas de alfabetização conseguiu ensinar a concordância verbal e nominal, que passaria a fazer parte do *input* que uma parcela já escolarizada da população brasileira urbana oferecia a seus filhos, já como L1. No mais, nossa sintaxe tem muitos traços comuns a todas as camadas sociais, como mostraremos. Não há razão para supor que os falantes cultos das cinco capitais mais populosas do Brasil nos anos

1970, gravados pelo Projeto NURC, perderiam traços de uma gramática presumivelmente adquirida após o desenvolvimento do PB depois de quase 400 anos da colonização, justamente quando começa a aumentar o acesso à escola. Concluimos o capítulo com a certeza de que a distância entre a fala e a escrita vem diminuindo em favor da gramática do PB, porque o modelo anacrônico adotado não mais se sustenta com a universalização do ensino, quando novas gerações de docentes já não aprendem uma gramática com regras exógenas, tão distantes da sua L1.

2 Um pouco de história social – o Brasil colonial, o contato e o eterno atraso na escolarização

A dissertação de mestrado de Alberto Mussa (1991), defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, sob orientação de Dinah Callou, servirá de ponto de partida para esta seção. Com base em informações de especialistas sobre o tráfico negreiro (historiadores ingleses citados em sua extensa bibliografia, entre outros), o trabalho de Mussa nos fornece informações sobre a distribuição e a classificação dos africanos nas áreas do tráfico bem como a evolução demográfica da população a partir da sua chegada ao solo brasileiro. Embora o começo da ocupação da costa africana tenha se iniciado no século XV, com a distribuição de escravizados para Cabo Verde, São Tomé e Caribe, só a partir de 1538, exatamente quando Portugal se interessa pela terra descoberta em 1500, o Brasil começaria a receber, além de imigrantes portugueses, os africanos escravizados trazidos regularmente de seus portos de embarcação, localizados inicialmente na costa oeste, especialmente na Guiné, Costa do Ouro (atual Gana) e Benin, na zona Equatorial, e em Angola. A “contra-costa”, como o autor se refere à região que corresponde a Moçambique, a leste do continente africano, seria explorada mais tarde. Com base no material a que Mussa teve acesso,¹ os percentuais de africanos escravizados trazidos ao Brasil ao longo de quase quatro séculos são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Percentual de escravizados africanos chegados ao Brasil, segundo as zonas de origem e século.

Zona	Séc. XVI 1538-1600	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX 1801-1850
------	-----------------------	-----------	------------	-----------------------

¹ A tese de Mussa, disponível em www.letras.ufrj-nurc, contou com documentos trazidos da Inglaterra. É possível que estudos posteriores contenham dados adicionais, que possam discordar dos de Mussa, graças ao acesso a mais informações. Entretanto, a consulta a Laurentino Gomes (2019) mostra muitos pontos em comum.

Zone da Guiné (Senegal – Costa do Marfim)	55%	20%	3%	10%
Costa de Ouro – Benin (Gana - Nigeria)	5%	10%	30%	30%
Zona Equatorial (Camarões – Gabão)	5%	5%	3%	10%
Congo – Zona Angolana (Congo – Angola)	35%	60%	60%	40%
Costa Sudeste (Moçambique)	--	5%	4%	10%
TOTAL (%)	100%	100%	100%	100%

Fonte: Mussa (1991, p. 141 – Tabela sem título)

Os percentuais estimados (destacados em negrito) revelam que, com raras exceções, os africanos eram originários principalmente de áreas em que as línguas faladas pertenciam ao grande grupo Níger-Congo. Segundo o autor, seria razoável supor que os captores de escravos não os levariam a portos de embarque excessivamente distantes dos pontos onde eram capturados, fosse pelos próprios africanos ou por captores de outras origens. Assim, a Tabela 1 oferece informações preciosas do ponto de vista linguístico. As línguas faladas na zona Congo-Angola e na zona leste eram línguas Bantu, que correspondem a 35%, 65%, 64% e 50%, por século. O autor chama a atenção para o fato de que o predomínio dos escravizados pertencentes ao grupo das línguas Bantu ajuda a compreender “a anterioridade do registro de itens lexicais dessa família bem como sua maior integração morfológica, graças ao padrão CV, além do seu alcance a um maior número de campos semânticos” (Mussa, 1991, p.146-147). Mussa traz um amplo capítulo que trata de fatores internos, particularmente os processos fonológicos e algumas implicações sintáticas, em geral relacionadas à concordância nominal e verbal.

Creissels (2000) traz evidências a favor da hipótese de Mussa. Segundo o autor, a maioria das línguas do grupo Níger-Congo, entre as quais estão as línguas Bantu, não distinguem morfológicamente as funções de sujeito e objeto; não têm afixos e adposições. Essas informações, juntamente com aquelas relativas ao contingente de imigrantes portugueses, que também chegariam ao Brasil em sucessivas levadas, serão importantes para as interpretações aqui levantadas sobre a aquisição do português no Brasil colonial.

A estimativa do contingente demográfico no Brasil entre os séculos XVI e XIX é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2. Contingente populacional no Brasil, estimado entre os séculos XV e XIX

	1583-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Brasileiros afro-descendentes	--	20%	21%	19%	13%
Mestiços	--	10%	19%	34%	42%
Brasileiros brancos	---	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Indígenas integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Adapt. de Mussa (1991, p.163, Tabela sem título)

No século XVI, os indígenas integrados constituíam a maior parte da população no Brasil (50%), enquanto os africanos respondiam por 20%. A partir de então, a população originária começa a decrescer significativamente à medida que cresce a população constituída por africanos, seus descendentes e mestiços, sempre com índices superiores à população branca de imigrantes portugueses. Segundo Gomes (2019, p.255-256), o número de escravos traficados para o Brasil, 4,9 milhões de cativos (47% do total desembarcado em todo o continente americano), só comparável ao número recebido pelo Caribe, é “infinitamente maior do que o número de europeus que aqui chegaram nesses 350 anos. Estima-se que, até a metade do século XIX, cerca de 750 mil imigrantes portugueses tenham entrado no território brasileiro”, o que nos leva a 86% de africanos escravizados e 14% de portugueses (uma estimativa que não se distancia da de Mussa).

Ainda segundo Gomes (2019, p. 228), “o tráfico era um negócio que exigia, principalmente, um cuidadoso trabalho de relacionamento dentro do continente africano com reis e chefes locais, que lutavam e controlavam o fornecimento de cativos em suas respectivas áreas”. Lovejoy, citado por Gomes (2019, p. 229), diz que “os participantes africanos do tráfico de escravos incluíam os príncipes e os mercadores mais ricos e poderosos do continente. A elite africana estava profundamente envolvida na venda de escravos”. Assim, eram os chefes africanos que controlavam as ofertas, faziam alianças, fechavam negócios, tratavam com diferentes interlocutores europeus, a fim de evitar que um ou outro grupo assumisse o controle do território. A partir do século XVIII, brasileiros acabaram por se juntar aos portugueses no “empreendimento”, tornando-se os maiores traficantes de escravos.

Durante três séculos e meio, o crescimento do tráfico e da imigração portuguesa foi movido pelo número crescente de engenhos de açúcar, seguido pela descoberta de minas de ouro e diamantes e o desenvolvimento da agricultura cafeeira, um movimento do Nordeste ao Sudeste, facilitando o contato. Não trazemos aqui informações sobre os escravizados no Sul, mas sabemos da existência de quilombos nos três estados da Região. As transformações na distribuição populacional têm implicações linguísticas, mas, segundo Mussa, não se pode pensar na existência de variedades de uma *língua franca* africana. O que se pode assumir é que a maior parte das populações africanas acabou aprendendo o português como L2, em diferentes graus, segundo sua posição na esfera social. Boa parte dos escravos já chegava com experiência e algum conhecimento do português (porque, uma vez capturados, tinham de aguardar a chegada dos navios em locais onde se falava o português), o que lhes rendeu posições como capatazes, especialistas nas operações nos engenhos (atividade já exercida em Cabo Verde, na Madeira), na mineração e nos trabalhos domésticos. As sucessivas atividades econômicas acima mencionadas sugerem sua mobilidade interna para diferentes regiões do país, juntamente com a mão de obra portuguesa. Esta é a razão pela qual Mattos e Silva (2002, p. 456) não tem dúvida em afirmar que os africanos e seus descendentes “foram o principal elemento de difusão do português brasileiro”, que eles adotaram, não sem introduzir novos traços à língua vernácula, uma contribuição só reconhecida em pesquisas recentes. E, tendo em conta que o Brasil era um país rural, situação que só se inverteria a partir da segunda metade do século XX, podemos supor que o contato entre africanos, afrodescendentes e portugueses tenha sido intenso, a ponto de a língua assumir muitos traços comuns.

Essa hipótese já tinha sustentação em Houaiss (1988 [1985]), para quem o resultado desse duradouro contato foi que a língua falada no Brasil nunca chegou ao estado de uma outra língua, isto é, nunca foi um crioulo. Nosso argumento, segundo o qual o português brasileiro recebeu significativa contribuição africana desde o início da colonização encontra respaldo na observação de Houaiss, de que houve a expansão *de uma variedade vernacular compartilhada pela força de trabalho formada por escravos e portugueses, tanto trabalhadores quanto senhores de terra*:

Crioulizado ou não (mas sem jamais ter chegado ao estágio de “outra língua”, o português emergente no Brasil, já diversificado regionalmente, passa a ser a língua geral e logo a língua comum de uma coletividade que guardava resíduos linguageiros mais ou menos vivos e uma estranha assimetria social; *nos albores do século XIX, afinal de contas, para 3,5 a 4 milhões de habitantes, não haveria mais de 18-20 mil (0,5%) letrados, que constituíam parte da classe dirigente e dominante, e parte dos “assessores”*

intelectuais dessa classe – como escritores, agregados, escrivães, escreventes, escriturários, correspondentes, comerciantes e o clero. *O analfabetismo ainda grassava entre senhores de terra e seus familiares.*” (Houaiss 1988 [1985], p.131) [ênfase acrescida]

A citação acaba por mostrar que durante o período colonial nunca houve preocupação com uma norma brasileira e a alfabetização nunca foi sequer um projeto (cf. Duarte, Gomes e Paiva, 2016). A luta contra o analfabetismo, mesmo depois da independência, quando o Brasil passa de Colônia a Império, em 1822, não mostrou qualquer agilidade. Pagotto (2013) nos diz que a gramática que aparece no texto da Constituição do Império muda no texto da Constituição da República. Eram mudanças ocorridas no português europeu em sua fase moderna, aquela que se mostrava no segundo texto constitucional. A situação se agrava na virada do século XIX, quando a aprovação do primeiro Código Civil brasileiro cai nas mãos da Câmara, tendo como figura proeminente nas discussões o senador Rui Barbosa, que levou alguns anos discutindo não o conteúdo dos artigos, mas sua gramática, como nos conta Pagotto (2011). O alvo das polêmicas eram principalmente questões de regência verbal e de colocação pronominal diferentes das que se praticavam aqui, mudanças que tinham ocorrido na história do PE e não na do PB, o que nos levou à virada do século ainda sem uma decisão sobre que norma adotar no ensino da língua. Como era de esperar, a escolha recaiu sobre a norma do PE moderno. Assim, as gramáticas que viriam a surgir adotavam uma atitude exonormativa, inspiradas na escrita dos grandes escritores portugueses do século XIX, ignorando não só os traços conservadores do português escrito pelos poucos letrados no Brasil, que conservava traços do português arcaico e do português clássico, mas também traços inovadores já atestados na língua falada no Brasil (Nascentes, 1939; Duarte, Gomes. Paiva, 2021).

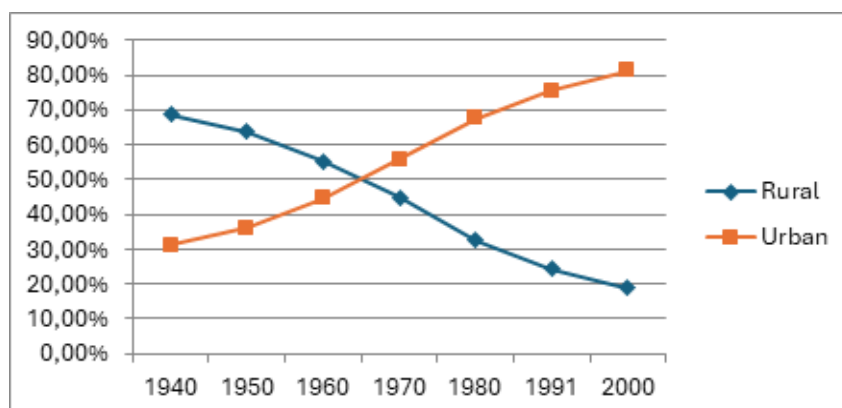
Quanto ao ensino público, segundo Callou e Barbosa (2009), até 1870, não se dispunha de dados mais sistemáticos sobre o estado da instrução no país. As palavras de Callou e Barbosa são bem ilustrativas da situação paradoxal que resulta das polêmicas em torno da norma no Brasil referidas acima.

De todo modo [...] é a língua de Portugal que vai gerar um efeito de legitimidade e unidade, pois são os textos escritos nessa língua que criam discursivamente o Brasil. É desse efeito que parece surgir uma relação paradoxal no século XIX quanto ao ensino da língua materna, entre norma e nacionalidade: o princípio de quanto mais próximo da lusofonia e mais distante da alofonia (em competição), mais brasileiro.” (Callou e Barbosa, 2009, p. 633)

Concluímos esta seção com fatos sociais que caracterizaram o século XX e interessam à questão da língua do Brasil: os fluxos migratórios internos, que viriam a contribuir ainda mais para o contato entre grupos de diferentes regiões do Brasil em décadas recentes. Com base em dados do IBGE (acesso em 2012), até a primeira metade do século XX, o Brasil era um país predominantemente rural. Os primeiros fluxos migratórios foram particularmente expressivos a partir da década de 1950, das áreas rurais dos estados nordestinos para o Sudeste, especialmente para São Paulo e Rio de Janeiro. Migrantes, impulsionados pelo desemprego, seca e latifúndios, e atraídos pela industrialização, partiram em busca de melhores condições de trabalho e subsistência. Um outro fluxo migratório, no final dos anos 1950, dessa vez do Nordeste e Sudeste (especialmente Minas Gerais), ocorreu em direção ao Centro-Oeste, onde a nova capital – Brasília – estava sendo construída, com migrantes atraídos por programas para ocupar a região como força de trabalho na construção de estradas e ferrovias, além de atividades na agricultura. Um terceiro fluxo migratório, do Nordeste em direção ao Norte, especialmente à Amazônia, atrairia migrantes para o trabalho na mineração, na extração de madeira e borracha, ou mesmo para participar de projetos de criação de gado ou ocupando áreas rurais como pequenos fazendeiros. Finalmente, entre 1960 e 1970, ocorreu um fluxo migratório devido à expansão da agricultura, do Sul e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais) para os estados do Centro-Oeste e Norte. A maior motivação para essa diáspora de migrantes sulistas estava relacionada a dificuldades na divisão de propriedades herdadas entre membros de fazendeiros de segunda e terceira gerações, com pequenos fazendeiros, que se estabeleciam em novas propriedades, e trabalhadores rurais em busca de emprego na agricultura.

O resultado dessas migrações provoca uma inversão na distribuição da população no Brasil – do campo para as cidades. O êxodo rural, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode ser visto na Figura 1:

Figura 1. Êxodo rural no Brasil em 70 anos



Fonte: IBGE – acesso em 2012 [IBGE | Estatísticas do Século XX]
(<https://seculoXX.ibge.gov.br>)

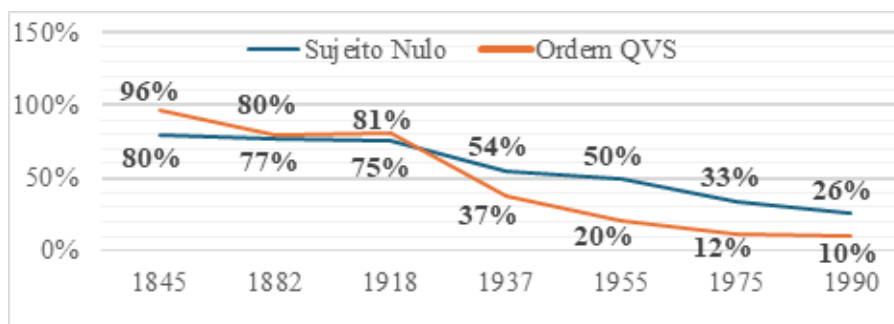
Não é propósito deste trabalho discutir as consequências desse rápido processo de urbanização, como o desemprego, a ampliação das diferenças sociais, a emergência de favelas, a gritante falta de infraestrutura, de assistência social e de acesso à educação. Mas essa sequência de fluxos migratórios representa, sem dúvida, um intenso contato entre todas as variedades linguísticas no país, e pode constituir, até certo ponto, um componente capaz de contribuir para a regularidade atestada em fenômenos morfossintáticos do português brasileiro. Na verdade, as descrições que temos do PB (cf. por exemplo, Martins e Abraçado, 2015, entre muitas outras) não nos permitem traçar fronteiras sintáticas rígidas separando essas variedades. Se a fonologia segmental e suprasegmental nos distinguem, bem como o léxico, nossa morfossintaxe nos aproxima, excetuando alguns poucos traços, como a variação no uso mais ou menos frequente de marcas de concordância verbal e nominal e no uso de tu/você e no sistema de reflexivos, os dois últimos fenômenos de natureza diatópica. Tentativas de proclamar grandes diferenças na sintaxe brasileira – como componente da clivagem social – são baseadas numa visão impressionística ou ideológica da língua, nos termos de Milroy (2000), como mostraremos na Seção 4. As circunstâncias sócio-culturais relacionadas à formação do português brasileiro não nos permitem continuar a tomar o português europeu, que evoluiu desde o descobrimento do Brasil, como modelo para o ensino do português brasileiro na escola na sua modalidade escrita, seguindo a advertência de Faraco (2008). Tal atitude só tem prejudicado o sucesso no ensino de uma gramática da escrita mais próxima da fala do que distante dela. E isso é o que autores brasileiros altamente prestigiados, como Carla Madeira e Itamar Vieira Junior, têm nos mostrado numa produção literária primorosa, já trazendo finalmente a seus textos a gramática do Brasil, não na fala do pobre, do “pouco-letrado”, mas no texto do próprio narrador. A maioria quase absoluta dos leitores sequer se dá conta de que não está diante daquela gramática que fazia Drummond sofrer, mas diante de uma gramática que usa na sua própria fala.

3. Como o desconhecimento da história social pode “enganar” o pesquisador acerca da gramática de uma língua

Como dito na Introdução, as primeiras análises de Duarte (1992; 1993) sobre a ordem VS/SV nas interrogativas-Q e sobre a realização do sujeito pronominal, respectivamente, foram realizadas com base em um *corpus* de peças de teatro brasileiras, escritas ao longo dos séculos XIX e XX, por autores nascidos no Rio de Janeiro. Os resultados mostravam uma semelhança com a gramática portuguesa, tal como descrita nas gramáti-

cas brasileiras. A partir dos anos 1937, uma mudança na curva das ocorrências sugeria a entrada de traços da gramática do PB oral. Os resultados para os dois fenômenos citados aparecem na Figura 2:

Figura 2. Interrogativas Q-VS (vs Q-SV) e Sujeitos Nulos (vs Sujeitos Expressos) no PB



Fontes: Duarte (1992, p. 41) e Duarte (1993, p.112)

Os altos índices e sua grande proximidade nos três primeiros períodos seguidos por expressiva curva decrescente deu a impressão de que o PB das peças, presumivelmente mais próximas da fala espontânea, tinha uma gramática [+Sujeito Nulo] e [+QVS], que teria mudado a partir do segundo quartel do século XX para uma gramática [-Sujeito Nulo] e [-QVS]. Duarte atribuiu a mudança à entrada de você no paradigma pronominal a partir das peças dos anos 1930 e, mais tarde, à entrada de a gente, reduzindo ainda mais o paradigma flexional. O que os dados sugeriam era que, em um espaço de tempo relativamente muito curto, se considerarmos o período de 1930-40 a 1990, o PB teria passado por duas mudanças drásticas. Uma delas, a ordem QVS, que ocorria com qualquer tipo de verbo (cf. os transitivos em (1a,b)), passando a ficar restrita a verbos inacusativos, entre os quais se inclui a cópula (cf. (1c,d), desde que o argumento interno, o sujeito posposto, seja um DP lexical (2a,b); a ordem VS com um pronome não é atestada. Em (3a-d) vemos a “nova” ordem QSV:

- (1) a. Mas que tenho **eu** a temer? (1845)
b. Mas o que tens **tu** ? (1882)
c. Quando é que vem **filme da Kim Novak**? (1992)
d. Onde andará **a Neiva**? (1992)
- (2) a. E por que persistem **os erros**?
b. *E por que persistem **eles**?

- (3) a. Mas que emprego **eu** posso arranjar? (1955)
 b. Onde **você** andou? (1955)
 c. Do que **tu** tá falando? (1992)
 d. E por que **os erros** persistem? (1975)

Os resultados relativos aos sujeitos pronominais sugerem que teríamos passado igualmente por uma drástica mudança, que nos levaria dos sujeitos nulos como em (4) a sujeitos preferencialmente expressos a partir de meados do século XX (5):

- (4) a. Quando \emptyset_{1ps} te **vi** pela primeira vez, \emptyset_{1ps} não **sabia** que \emptyset_{2ps} **eras** viúva e rica. \emptyset_{1ps} Amei-te por simpatia. (1945)
 b. \emptyset_{2ps} Terá o cavalo que \emptyset_{2ps} deseja (1918)
 c. Já ontem comprei **lhe**_i o hábito com que \emptyset_i andar_á vestido. Assim \emptyset_i não estranhará. \emptyset_i Será frade feliz. (1945)
- (5) a. Se **eu** ficasse aqui **eu** ia querer ser a madrinha. (1992)
 b. **Você** não entende meu coração porque **você** ‘tá sempre olhando pro céu e procurando chuva. (1992)
 c. **Tu** engravidou de novo? (1992)
 d. Agora **ele** não vai mais poder dizer as coisas que **ele** queria dizer. (1992)

Curiosamente, o pronome *você*, tal como ocorre no PE, não é atestado nas primeiras sincronias e o pronome *tu*, ora nulo ora expresso, aparece sistematicamente nas peças dos três primeiros períodos. Sua manutenção em peças dos anos 1930 e a entrada de *você* nas peças analisadas já começa a revelar a mistura de tratamento apontada por Duarte (2018 [1993]) e Lopes e Cavalcante (2011, entre outros)². Muitos autores cariocas abandonam o pronome *tu*, usando apenas o pronome *você*, geralmente expresso; quando *tu* retorna às peças cariocas, já aparece em variação com *você*, sem a flexão distintiva, como em (3c) e (5c) acima. Em 2012, Pinheiro e Marins retomaram a pesquisa de Duarte (1992) incluindo os padrões QV (com o sujeito nulo), com resultados que reforçam a impressão de que, de fato, o padrão QV é predominante nas peças do PB dos três primeiros períodos,

² Essa mistura de tratamento é um bom argumento a favor da hipótese de Faraco (1996: p. 64,65), segundo o qual a razão para um “uso tão amplo de *você* no Brasil deve ser encontrada, certamente, na história da formação do País” [...] “podemos pressupor que, desde o início da ocupação européia do Brasil, as formas predominantemente de tratamento do interlocutor eram as diferentes variantes de Vossa Mercê”. Como veremos adiante, um paradigma com muitas flexões não seria adquirido pela população em contato no Brasil colonial e o uso das variantes que viram a originar o pronome *você* deveriam estar presentes na formação do PB.

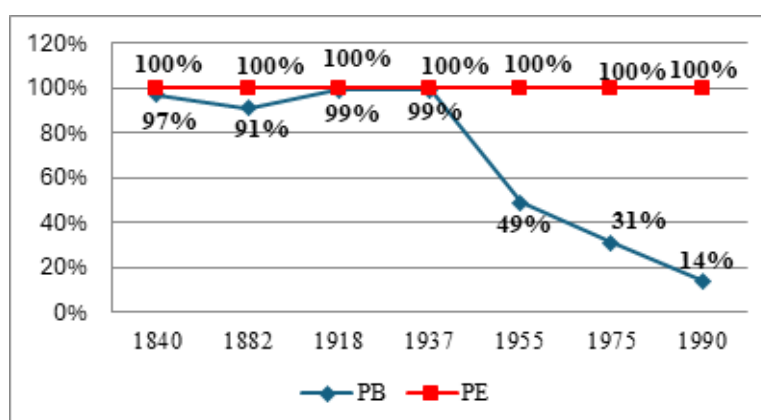
seguido por QVS e QSV, este em índices baixíssimos; ainda sem uma comparação com o PE, a conclusão leva a considerar o PB uma gramática de sujeitos QV ou QVS, para, a partir de então, mostrar a perda dos dois padrões, chegando a ordem QSV a 76% no último período analisado, como veremos adiante, uma mudança drástica.

Foram essas análises que levaram Duarte a julgar que os resultados para o século XIX e primeira metade do XX exibiam a gramática do PB, idêntica à do PE. Na ocasião, Duarte não levou em conta o analfabetismo reinante no Brasil nem o fato de que a escrita era privilégio de poucos, aquela minoria que aprendia a gramática lusitana, em Coimbra, ou poucas instituições privadas no Brasil (ver Houaiss na Seção 2). E, mesmo depois de iniciadas as análises contrastivas, com peças portuguesas (comédias de costumes, farsas e textos leves que seguiriam os costumes de seu tempo), escritas principalmente por lisboetas e distribuídas pelos mesmos períodos, levaria algum tempo para que essa interpretação equivocada quanto aos primeiros períodos fosse revista.

Entre as primeiras análises contrastivas (as fontes históricas são mencionadas antes das referências) estão a tese de Marins (2013), sobre os verbos *haver* e *ter* existenciais, a dissertação de Mourão (2015), que comparou os resultados para o sujeito pronominal no PE com a análise de Duarte (1993) para o PB, a tese de Nicolau de Paula (2016), que comparou as interrogativas-Q com as análises para as peças brasileiras, e, finalmente as dissertações de Cardoso (2017), Marques de Sousa (2017) e Fernandes (2018), descrevendo, respectivamente, o uso do clítico indefinido *se*, e dos clíticos acusativo *os(as)* e dativo *lhe(s)* para referência à 3a pessoa e suas formas variantes.

A continuação desta seção, embora pareça excessiva, precisa da paciência do leitor para que observe a semelhança nos resultados entre PE e a PB nas primeiras sincronias e a mesma curva descendente do PB observada na Figura 2 acima. Começamos pela análise de Marins (2013) para manter a cronologia dos trabalhos contrastivos.

Figura 3. Uso de *haver* (vs *ter* existencial) no PE e PB



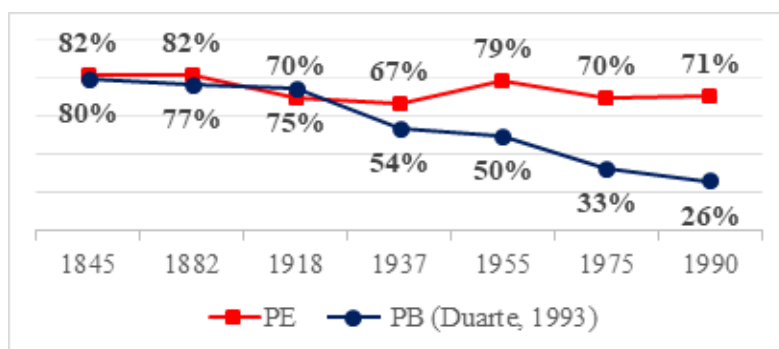
Fonte: Adapt. de Marins (2013, Fig. 9, p. 79)³

³ Os anos que aparecem no eixo horizontal representam o período em torno do qual as peças foram escritas.

A Figura adaptada de Marins exclui os raros usos do verbo “substantivo” *existir* em oposição ao verbo “funcional” *haver* para o PE e *ter* para o PB (cf. Avelar, 2016). Não é necessário perguntar por que autores brasileiros tão consistentes no uso de *haver* nos quatro primeiros períodos, quase conseguindo chegar ao uso categórico do PE, acabam mostrando nas gerações seguintes, quando a escolarização se expande, seguindo as normas portuguesas, uma expressiva curva, que significa a opção pelo verbo *ter* existencial. A percepção de que esses primeiros períodos *não eram instâncias da gramática do PB* só aconteceria exatamente em 2023,⁴ quando Duarte, ao preparar uma conferência em homenagem a Mary Kato, publicada em 2024, reuniu as três análises sobre os clíticos, mencionadas acima, que serão apresentadas nas figuras 7 e 8.

A análise seguinte, de Mourão (2015), compara os resultados de Duarte (1993) para o sujeito pronominal com a amostra portuguesa, como se vê na Figura 4.

Figura 4. Distribuição geral dos sujeitos nulos (vs. plenos) ao longo do tempo no PE e PB



Fonte: Mourão (2015, Fig. 5, p. 69)

Mais uma vez, vemos a proximidade de PE e PB, considerando as três pessoas do discurso, ilustradas em (4) e (5) acima para o PB. Não é necessário reiterar o que foi dito em relação à figura anterior. Só a partir dos anos 1930, o PB começa a se mostrar, com a curva descendente, revelando a sua preferência pelos sujeitos expressos. A análise de cada pessoa do discurso coloca a 1ª e a 2ª pessoas mais avançadas nas taxas de sujeito

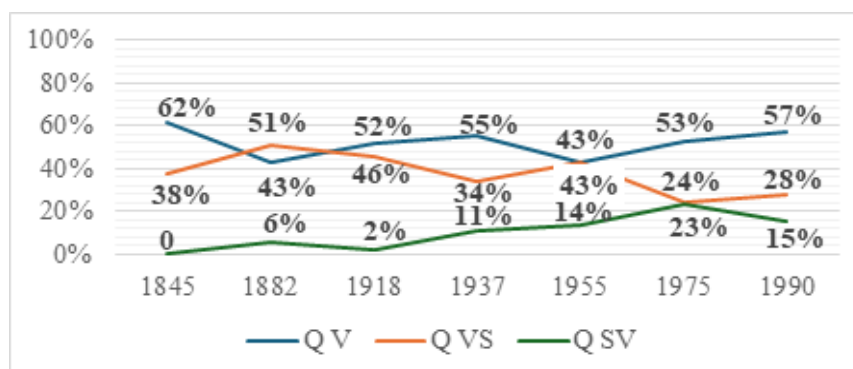
Cada trabalho aqui citado mostra as datas que correspondem aos limites dos períodos que incluem as peças analisadas.

⁴ Exatamente em 2023, uma aluna de Marins, ao fazer sua monografia de conclusão de curso de graduação, com base na tese de sua orientadora (Marins, 2013), se perguntou: “Há quanto tempo o português é brasileiro?” (Mariante, 2023). A graduanda enxergou o óbvio, de maneira muito rápida. Seria porque se trata de uma jovem, que adquiriu o verbo *ter* existencial, e não se deixou convencer por resultados tão eloquentes?

preenchido em relação ao PE, que mantém sujeitos nulos em todas as pessoas independentemente do padrão sentencial (a correferência entre sujeito e seu antecedente, com ou sem c-comando, o antecedente em sentença adjacente com a mesma função, ou mesmo um antecedente com função diferente e/ou distante). Por limite de espaço, encaminho o leitor para a análise contrastiva de Mourão (2015) e para a análise contrastiva dos sujeitos de 3ª pessoa no PE e PB orais de Duarte (2019), que mostra as taxas de sujeitos expressos no PB sempre superiores e os contextos em que um sujeito nulo já não exibe índices significativos; quanto ao PE, fica evidente seu estatuto de língua de sujeito nulo consistente.

Acompanhando as análises pelo ano de defesa dos trabalhos, vemos a seguir os resultados encontrados por Nicolau de Paula (2006), que expandiu a amostra e comparou os três padrões de interrogativas-Q do PB (seguindo Pinheiro e Marins, 2012, referidos nesta seção) com as peças portuguesas. A Figura 5 mostra os resultados para o PE:

Figura 5. Padrões de interrogativas Q ao longo de sete períodos no PE

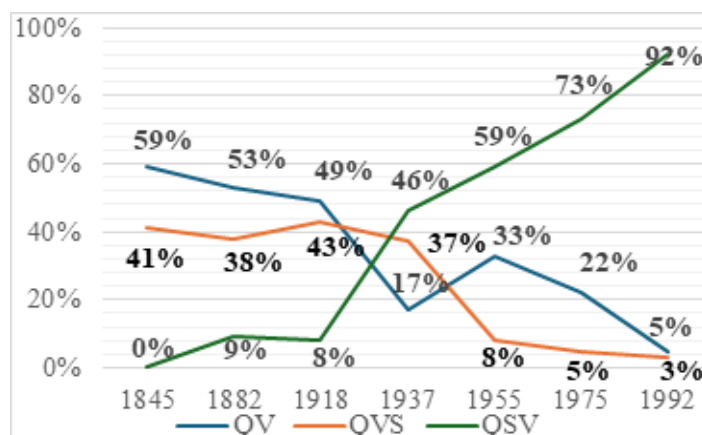


Fonte: Nicolau de Paula (2016, Fig. 4.1, p. 72)

A preferência do PE pelo padrão QV, mantendo forte o sujeito nulo, é seguida de perto pelo padrão QVS. Quanto à ordem QSV no PE, esta aparece como uma estratégia tímida, que só revela pequeno crescimento nos dois períodos finais,⁵ desde que a interrogativa tenha a presença da clivagem. A comparação dos padrões lusitanos com os brasileiros na Figura 6 não surpreenderá o leitor:

⁵ Nicolau de Paula (2016) atesta que no PE oral as interrogativas-Q preferem o sujeito nulo em todas as pessoas do discurso, sendo muito frequente a clivagem em todos os padrões, que é, porém, obrigatória quando a ordem QSV é usada. A autora usou como corpus para a segunda pessoa as perguntas dos entrevistadores portugueses e brasileiros em diversas amostras de entrevistas.

Figura 6. Padrões de interrogativas-Q ao longo de sete períodos do PB



Fonte: Nicolau de Paula (2016, Fig. 44, p. 93)

A concorrência entre os padrões QV e QVS nos três períodos iniciais, quando comparamos as Figura 5 e 6, não deixa dúvida de que os letrados desses períodos seguiam um modelo quase com perfeição. O que se vê a partir dos anos 1930 é o decréscimo no PB dos padrões preferenciais lusitanos, que se mantêm estáveis, e a subida expressiva e consistente da ordem QSV, que vai alcançar 92% nos anos 1990 da amostra analisada para o PB. Chegamos aos anos 1990, com 5% de sujeitos nulos (QV) e 3% de QVS.

Passemos às análises que contemplam os clíticos não dêiticos: o indefinido e o acusativo e dativo anafóricos.

A análise de Cardoso (2017) leva em conta o fato de que o clítico indefinido, geralmente apontado pelas gramáticas como uma das estratégias de indeterminação do agente juntamente com o verbo na 3ª pessoa do plural, e outras variantes ainda não incorporadas à descrição gramatical que orienta o ensino, não constituem um conjunto com formas em variação; na verdade temos dois conjuntos: o que veicula referência arbitrária e o que veicula referência genérica (Egerland, 2003). A referência arbitrária exclui o falante e seu interlocutor, e, em geral, alcança um número bem restrito de pessoas, podendo ser representada pelo clítico *se* em variação com o verbo na 3ª pessoa do plural, com o sujeito nulo no PE e em variação com o sujeito nulo ou expresso no PB, como ilustramos em (6) e (7) para ambas as variedades, respectivamente:

- (6) a. Se ao menos por cá houvesse a moda que há na bela França, aonde \emptyset_{arb} **se faz** caldo para toda a semana [...] (PE – *Uma cena de nossos dias*, Paulo Midosi, 1843)

b. Pois se \emptyset_{arb} o **fizerem** deputado, é capaz de vender a pátria como vendia a justiça. (PE - *A liberdade eleitoral*, Teixeira de Vasconcellos, 1870)

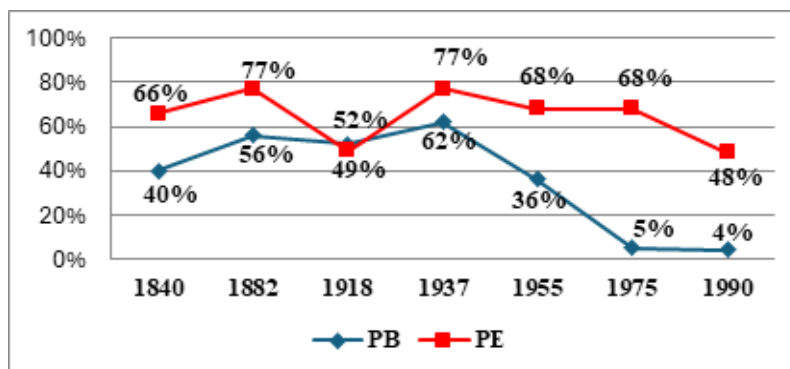
- (7) a. Já em Nicéia \emptyset_{arb} **reuniu-se** um concílio para decidir se a mulher devia ou não fazer parte do gênero humano. (PB – *As doutoras*, França Júnior, 1889)
 b. Imagine a senhora que \emptyset_{arb} **confundiram** o Adalberto, meu cunhado, com terrorista procuradíssimo. (PB – *Como encher um biquíni selvagem*, Miguel Falabella, 1992)

Por outro lado, temos a referência genérica (representada pelo mesmo clítico *se* e por formas nominativas, como *você/tu*, ou mesmo como *nós/a gente*), que pode incluir o falante e seu interlocutor, além de alcançar um número infinito de pessoas, ilustradas em (8) e (9) para PE e PB, respectivamente:

- (8) a. Quando \emptyset_{gen} **se gosta** de alguém como eu não é difícil ter coragem. (PE- *A menina feia*, Manuel Frederico Pressler, 1970)
 b. Não diga mal dos doidos. Todos os homens que fizeram alguma coisa no mundo eram doidos. \emptyset_{gen} **Devemos**-lhes a vida artificial. Na realidade \emptyset_{gen} **devemos**-lhes tudo. Se não fossem eles ainda hoje $\emptyset_{gen i}$ **seríamos** bichos. (PE - *O doido e a morte*, Raul Brandão, 1923)
 c. A vida não pára. E **a gente**_i não **pode** também **parar**, $\emptyset_{gen i}$ não pode voltar-lhe as costas... $\emptyset_{gen i}$ tem de acompanhá-la, quer $\emptyset_{gen i}$ queira, quer não. (PE - *É urgente o amor*, Luiz Francisco Rebello, 1957)
- (9) a. É verdade, \emptyset_{gen} nunca **se soube** do paradeiro dele. (PB - *O colar de coral*, Antonio Callado, 1954)
 b. O segredo é \emptyset_{gen} não se importar. Se **você** não se importar, **você** acaba dormindo. Mas **você** precisa não se importar de verdade. Aí, **você** não se importa se matam crianças para vender órgãos para países mais ricos, **você** simplesmente não se importa. (PB – *Como encher um biquíni selvagem*, Miguel Falabella, 1992)
 c. As coisas são como são e não como **nós queremos** que elas sejam. (PB - *O simpático Jeremias*, Gastão Tojeiro, 1918)
 d. É essa a minha intenção. Mas nem tudo que **a gente deseja** pode ser alcançado (PB - *O hóspede do quarto nº 2*, Armando Gonzaga, 1937)

Por limitação de espaço, a Figura 7 reúne as ocorrências do clítico indefinido *se* (arbitrário e genérico) versus as formas nominativas variantes acima ilustradas (em Cardoso, 2017, as análises contemplam cada tipo de indeterminação e suas variantes à parte).

Figura 7. Clítico indefinido (arbitrário e genérico) (vs. formas variantes) no PE e no PB



Fonte: Cardoso, (2017, Fig. 4.7, p. 89)⁶

A linha vermelha, que representa o uso do clítico *se* no PE, mostra uma variação estável com dois picos, que se devem à concorrência de uma das variantes do *se* arbitrário: a 3ª pessoa do plural, variante igualmente padrão no PE e mais frequente do que o clítico *se* para a expressão da referência genérica. A linha azul, para o clítico no PB, segue de perto o clítico no PE nos quatro primeiros períodos. Só na segunda metade do século XX, vemos a linha descendente com 36%, 5% e 4%, com o *se* arbitrário sendo substituído ou pela terceira pessoa do plural com o pronome *eles* nulo ou expresso, e o *se* genérico, substituído pelas formas nominativas ilustradas em (9b,c,d), preferencialmente expressas no

⁶ A análise não atestou o sujeito nulo arbitrário com o verbo na 3ª pessoa do singular, apontado por Lunguinho e Medeiros (2009), mas é encontrada no PB oral, em que seu uso fica bem distante da 3ª pessoa do plural, a estratégia preferida. Duarte e Marins (2021) atestam 376 casos de 3ªpp com o pronome nulo ou expresso (91,3%); 19 casos do nulo de 3ªps (4,6%) e 17 casos de *se* (4,1%), como mostra (i):

(i) Na televisão [Ø]_{arb} **fala** muito isso. (Marins e Duarte, 2021)

A mesma estrutura com a referência genérica, apontada por Galves (1987) – “Ø_{gen} **Não usa** mais saia” –, apareceu numa única ocorrência, na última sincronia da amostra PB:

(ii) Ø_{gen} **Tem que aprender** a mexer com aqueles ferrinhos, mas o salário parece que compensa. (PB - *No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

No PB oral o nulo genérico alcança 3,7% (57 casos), o clítico 3,2% (50 casos) e você, 93,1% em 1.455 dados (Duarte e Marins, 2021). Nota-se que ambas as estruturas com o nulo arbitrário e genérico aparecem em construções que veiculam aspecto (contínuo ou pontual) e modalidade (deontica ou epistêmica) (como é o caso de (i) e (ii) acima, que podem exibir a categoria vazia em variação com o pronome de 3ª pp nulo ou expresso para referência arbitrária (i)’ ou por qualquer uma das estratégias genéricas (ii)’:

(i)’ Na televisão [Ø]_{arb} / **eles falam** muito isso.

(ii)’ **Você/ a gente tem que aprender** a mexer com aqueles ferrinhos.

PB. Note-se que o uso de *você* (ou *tu*), a depender de variação diatópica, se mostra como a forma preferencial para a indeterminação genérica no PB, tanto nas peças do século XX, como mostra Cardoso (2017), quanto na fala (cf. Duarte e Marins, 2021 e nota 6).

Passemos ao clítico acusativo⁷ e suas variantes, o objeto nulo e o pronome nominativo pelo acusativo, atestado apenas no PB⁸, ilustrados em (10) e (11) para PE e PB.

- (10) a. Viste [**a figueira que plantaste atrás da casa**]? Vamos vê-**[la]**? (PE – *O rosto levantado*, Noberto Ávila, 1977)
 b. Estás a gozar, como é evidente. **Essa canção** nunca existiu. **Isso é uma aberração**. Onde é que já se viu **uma cantiga assim**? Vocês conhecem **[Ø]**? (PE – *Um filho*, Luísa Costa Gomes, 1996)
 c. Heitor – [**Os pianos Sakamura**]_i já vão amestrados. O cliente compra **[Ø]**, chega a casa, e o piano toca. (PE – *Um filho*, Luisa Costa Gomes, 1996)
- (11) a. – [**Os meirinhos**]_i entrarão aqui e hão de levar por força alguma coisa – esse é o seu costume. O que é preciso é enganá-**[los]**_i. (PB – *O noviço*, Martins Pena, 1845)
 b. – Enquanto eu fui comprar cigarros, [**Rosa**]_i subiu pelo elevador e o elevador enguiçou com **ela**_i lá dentro. Você quer ver se o Nanico tira **[ela]**_i de lá? (PB – *Um elefante no caos*, Millôr Fernandes, 1955)
 c. – Eu tenho pra mim que **[esse navio]**_i já partiu há muito tempo, ó, e a tonta da Margareth tá esperando **[Ø]**_i no cais. (PB – *No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)

Na Figura 8, temos os resultados para a análise de Marques de Sousa (2017), apontando apenas o clítico (versus suas formas variantes).

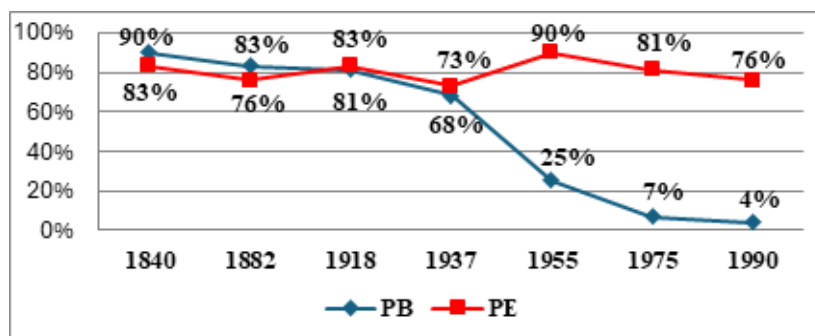
⁷ Para uma análise mais detalhada dos clíticos acusativo e dativo, remeto o leitor a Duarte (2024).

⁸ A análise de Marques de Sousa (2017) inclui o SN anafórico ou um epíteto que o retoma, ilustrados em (i) e (ii), mas, considerando que se trata de uma estratégia mais geral entre as línguas, o autor acaba por excluí-las na seção final da Dissertação:

(i) Então, temos aqui [**um bastardo**]_i? E ela vai de mandar o [**rapazola**]_i para a grande cidade, a Casa dos Bons dos Rossetti? (PE – *Um filho*, Luísa Costa Gomes, 1996)

(ii) Enquanto aqui estiverem hospedados [**os americanos**]_i ninguém quer ser criado desta pensão. A cidade inteira está farta de saber que não se pode aturar **[essa gente]**_i (PB – *O simpático Jeremias*, Gastão Tojeiro, 1918)

Figura 8. Clítico acusativo de 3ª pessoa (vs. formas variantes) no PE e no PB



Fonte: Marques de Sousa (2017, Fig. 11, p. 100)

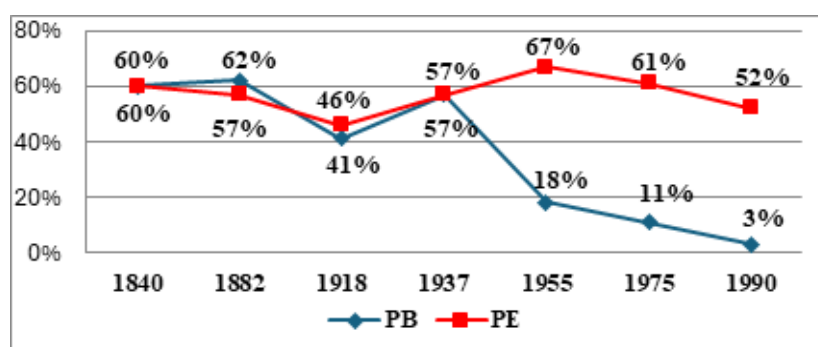
No PE, o clítico acusativo se mostra estável ao longo do tempo, com índices modestos do objeto nulo, já presente na história do português (Cyrino, 1994). O PB, por outro lado, se mostra praticamente idêntico ao PE no uso do clítico até os anos 1930, para iniciar uma curva descendente na segunda metade do século XX, chegando a 4% de ocorrências nos anos 1990, tal como atestamos para o clítico indefinido.

Finalmente, vejamos as ocorrências do clítico dativo anafórico e suas variantes nas peças portuguesas e brasileiras, ilustradas em (12) e (13):

- (12) a. Pois esteve com [**o ministro**]_i? Falou-**lhe**_i de mim? (PE – *Casar ou meter freira*, Antonio Pedro Lopes de Mendonça 1848)
 b. – Sabe que está a chegar [**o Pantaleão de Sá Repolho**]_i, Morgado das Barrocas, e promettido esposo de sua filha?
 – Sei sim, e até [**para elle**]_i mandei apromptar esses dois quartos, que dão sobre o cáes. (PE – *Os logros numa hospedaria*, Paulo Midosi, 1841)
 c. Para mim foi a primeira vez. E para **ele**_i, olha que não sei. Tinha um facies que não enganava muito. E então eu disse [**Ø**]_i: ”bem, apanhou-me. Mas agora vamos considerar o problema de outro ponto de vista”, e ele disse: “Pois, o meu ponto de vista. Tome lá a multa.” (PE – *Um filho*, Luísa Costa Gomes, 1996)
- (13) a. **Ela**_i foi com suas parentas assistir a um filme e, na recepção, uma senhora muito delicada **lhe**_i ofereceu um bombom. (*No coração do Brasil*, Miguel Falabella, 1992)
 b. Quando você enfrenta [**um espelho**]_i, o que é que você pergunta [**a ele**]_i? (PB – *A mulher integral*, Carlos Eduardo Novaes, 1975)

- c. É isso mesmo, Cristina, [**seu marido**]_i gosta de ser servido por você, não pela sua empregada. Faz uma salada [**pra ele**]_i. (PB – *A mulher integral*, Carlos Eduardo Novaes, 1975)
- d. Se for [**seu filho**]_i, abra a porta naturalmente e não **diga** nada Ø_i. (PB – *Um elefante no caos*, Millôr Fernandes, 1955)
- e. **Ela**_i me amou como se eu fosse o último homem sobre a Terra. Ou o primeiro. E só depois **eu perguntei** Ø_i quem era. E ela me disse. (PB – *Um elefante no caos*, Millôr Fernandes, 1955)

Figura 9. Clítico dativo de 3ª pessoa (vs. formas variantes) no PE e no PB



Fonte: Fernandes (2018, Fig. 5, p.78).

Mais uma vez, o uso do clítico dativo comparado com o acusativo revela a mesma semelhança entre PE e PB, até os anos 1930. Da mesma forma, o clítico se mostra estável no PB ao longo de todos os períodos enquanto no PB ele segue a mesma queda vertiginosa em direção à sua quase completa extinção no final do século XX.

Temos evidências de que o comportamento muito próximo do PE e do PB quanto aos fenômenos aqui analisados até a primeira metade do século XX não deixa dúvidas de que eles não foram adquiridos no PB como L1, mas aprendidos por uma minoria letrada no início do século XIX, como menciona Houaiss. Não faria sentido acreditar que esses traços seriam perdidos ao longo da segunda metade do século XX, se adquiridos como L1, justamente quando começa a escolarização no Brasil seguindo o modelo lusitano. Não seria plausível que um processo de escolarização tardio, que mal conseguiu ser posto em prática ao longo do século XIX, como discutiremos na seção seguinte, ainda que inspirado no modelo lusitano, levaria à perda dos traços aqui mostrados. Pelo contrário, só os reforçaria, se tivessem sido adquiridos como L1.

Considerando que os clíticos não dêiticos são marcas de concordância (Galves,

2019; Nunes, 2019; 2022), podemos considerar que sua não aquisição em muito se aproxima da não aquisição das flexões verbais número-pessoais e das flexões nominais de número (e, em raros, casos de gênero). Tal como se pode concluir em relação aos clíticos, podemos presumir que o sujeito nulo nunca deve ter sido predominante num país de analfabetos, com um paradigma flexional possivelmente bastante simplificado.

4. Desvendando o português brasileiro – as primeiras entrevistas sociolinguísticas

Os resultados da história social apresentados na Seção 3 e os dados das análises contrativas entre o PE e o PB nos levam a fatos incontestáveis sobre o lento processo de alfabetização no Brasil. Como vimos na Seção 2, o Brasil entra no século XIX com 05% de sua população letrada. É certo que havia uma escrita, privilégio de poucos, que continuava o curso do português arcaico na fase que chamamos português clássico a partir dos anos 1500. Ao longo do século XIX, tivemos dois momentos históricos importantes – a passagem da colônia a Brasil-Império em 1882 e a Brasil-República em 1889. É então que a questão da alfabetização começa a preocupar. Mas, como vimos, pouco se fez ao longo do século nesse sentido e, na virada do século, ainda se discutia que norma seguir.

Enfim, o Brasil começa o acesso à alfabetização com um programa que contraria a gramática desenvolvida nos 350 anos de colonização e em mais cem anos de absoluta falta de iniciativa. E a questão que nunca se colocou é: qual seria a gramática da fala dos 95% de analfabetos do início do século XIX, mencionados por Houaiss, ao final desse mesmo século? É certo que os grupos escolares tiveram importante papel no processo de alfabetização. Mas a escola pública era restrita ao curso primário e o acesso não era universal. Segundo Rocha e Cunha Júnior (2022), o ensino secundário, que incluía o antigo ginásial (hoje Fundamental II) e o Científico (hoje Ensino Médio), teve uma expansão entre 1931-1961. No entanto, o ensino se concentrava na iniciativa privada, com alguma subvenção do Estado, através de bolsas de estudo. Os autores ressaltam, entretanto, que o ensino secundário não era gratuito, mas obrigatório naquele momento histórico; havia ainda a exigência do exame de admissão (para ingresso ao Ginásial), o que dificultava o acesso da classe trabalhadora à educação.

O fato é que os primeiros registros da fala urbana vieram de dois projetos pioneiros, com material gravado de forma sistemática e criados com propósitos diferentes, nos permitindo conhecer a face do português brasileiro, aquele já adquirido como L1. O Projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi formalizado em 1968, mas iniciado em 1971, no contexto do regime militar no Brasil, quando o governo passa a controlar os

programas de alfabetização de forma centralizada (Menezes e Santos, 2001). Planejado duas décadas antes e derivado da reflexão e do debate em torno do analfabetismo no país, seus objetivos convergiam no sentido da consolidação de um novo modelo pedagógico, que via no analfabetismo o resultado de uma situação de pobreza gerada por uma estrutura social desigual. O plano, segundo Menezes e Santos (2001), que consistia em examinar a realidade dos educandos, identificar seus problemas e superá-los, foi interrompido pelo regime e esvaziado do senso crítico subjacente. Não alterou as bases do analfabetismo, calcadas fundamentalmente na estrutura organizacional da educação no país, com um modelo discutível em relação a uma proposta pedagógica cuja preocupação principal era ensinar a ler e a escrever, sem nenhuma relação com a formação do homem.

Uma importante contribuição advinda do Mobral se deve a Lemle e Naro (1987), que desenvolveram o projeto Competências Básicas do Português, com a Fundação Mobral e a Fundação Ford. Com a participação de grande equipe, foram entrevistados 20 falantes nos postos do Mobral, situados em Nova Iguaçu e Caxias, no Rio de Janeiro. O projeto traz contribuição para a descrição e análise de um dos traços que mais discriminam o falante, sem dúvida, um traço desenvolvido desde o início do contato no período colonial, que se estendeu por cerca de 350 anos.

Com base na Amostra Mobral, foram defendidas dissertações de mestrado na PUC-RJ, sob a orientação de Naro, sobre a ausência de relativas “padrão” em funções preposicionadas (Mollica, 1977), sobre variação no uso das marcas de concordância nominal (Scherre, 1978 e Braga, 1978), e a ausência do clítico acusativo (Omena, 1978). A dissertação de Omena, que viria a ser o ponto de partida para o estudo de um fenômeno que caracterizava a não aquisição deste e de outros clíticos não dêiticos no PB, em inúmeras investigações que se seguiriam, mostra a semelhança entre a fala de letrados e não letrados em todo o território nacional.

Ao mesmo tempo em que se desenvolviam análises com base na Amostra Mobral, já com a ida de Anthony Naro para a UFRJ, tinha início no Brasil o primeiro Projeto que viria a nos fornecer um retrato da fala culta brasileira – Norma Urbana Culta (NURC), fundado em 1969 e iniciado na década de 1970, com gravações de falantes das cinco capitais mais populosas de então: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. A amostra compreendia três tipos de inquéritos das cinco capitais: fala entre o entrevistador e o entrevistado, fala entre dois entrevistados e elocuções formais, que são, em geral, aulas gravadas em universidades. O objetivo consistia em coletar sistematicamente material que permitisse a análise do português brasileiro “culto”, ou seja, com formação

universitária, em seus diversos níveis: fonologia, morfologia, sintaxe, léxico e texto.

Um dos volumes que consolidam anos de trabalho desenvolvido pelo Projeto NURC, com base num recorte da amostra com os três tipos de inquéritos recolhidos em cada capital, o volume sobre sintaxe (Kato e Nascimento, 2015 [2007]) mostra que o PB culto **não** é uma língua de sujeito nulo (todas as pessoas apresentam índices abaixo de 20% de sujeitos nulos), **não** prefere o verbo *haver* existencial (que oscila entre 10% e 35%, só alcançando 59% nas “elocuções formais”, ou seja, nas aulas gravadas), **não** usa os clíticos não dêiticos (indefinido, acusativo e dativo) com consistência: o indefinido *se* alcança 13,5%, o acusativo, 12%, o dativo está completamente ausente da amostra compartilhada que foi analisada. Para os sujeitos indeterminados (arbitrários e genéricos) são preferidos os pronomes nominativos, e para os complementos, lideram os objetos diretos nulos, os SPs anafóricos e complementos nulos para o objeto indireto. Quanto aos complementos oblíquos, excluídos os objetos indiretos (dativos), em 67 ocorrências de verbos transitivos como *gostar*, *precisar*, 40% têm seu complemento anafórico nulo; o mesmo ocorre com os complementos oblíquos circunstanciais de verbos como *ir*, *pôr*, *colocar*: dos 27 dados computados, em 21 casos, o complemento já mencionado no contexto precedente não se manifesta foneticamente.

O Projeto NURC acabaria por revelar que, excetuando um uso mais consistente de marcas de concordância verbal e nominal (Graciosa, 1991), não havia diferenças significativas entre os resultados para a fala não culta e a culta no que se referia à morfossintaxe. É o que mostram os resultados obtidos para pesquisas que viriam a ser desenvolvidas em todo o país, por outros projetos, a começar pelo Projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), coordenado por Anthony Naro e seus orientandos, na UFRJ. A amostra PEUL gravada nos anos 1980, conhecida como Amostra Censo, com falantes da comunidade de fala carioca, com os níveis Fundamental 1 e 2 e Ensino Médio, serviria de inspiração para outros projetos que se estenderiam pelo país, como o ValPB, no Nordeste, e VarSul, na região Sul, entre outros tantos. Essas amostras de fala viriam a cobrir, com o Projeto NURC, todos os níveis de escolaridade no Brasil, nos trazendo uma fotografia sociolinguística do português brasileiro. Em Paiva e Duarte (2003) e Martins e Abraçado (2015), temos resultados que confirmam a regularidade na distribuição dos fenômenos morfossintáticos no Brasil, lembrando sempre que apenas três fenômenos podem nos distinguir – a frequência maior ou menor do uso de marcas de concordância verbal e nominal, a diferença no tratamento tu/você e o sistema de clíticos reflexivos, esses dois últimos de distribuição diatópica.

As diferenças que os resultados efetivamente mostram se situam no sistema fonético-fonológico, tanto no nível segmental quanto suprasegmental, e no nível lexical, que nos identificam e nos localizam diatopicamente, sem dúvida, um campo de estudos que tem merecido destaque na pesquisa acadêmica brasileira.

Com base em tais resultados, não se pode sustentar a ideologia de que a morfossintaxe brasileira exibe uma profunda clivagem social. Uma curiosidade a esse respeito: duas pesquisas realizadas em Florianópolis, comunidade descendente de açorianos, obtêm os percentuais mais baixos de clítico acusativo nas análises de Luíze (1997), 1,6%, e Vieira Pinto (2015), 0,3%. Os resultados para esse fenômeno, na verdade, nunca ultrapassam os 5%. O clítico dativo anafórico não apareceu nas pesquisas realizadas em diferentes pontos do Brasil, relatadas igualmente em Martins e Abraçado (2015).

Na verdade, costumamos confundir a escrita do letrado com sua fala espontânea. A esse respeito, vale a pena lembrar como Kato (2005) lança mão da proposta de Kroch (2001), acerca do conceito de “competição de gramáticas”, embora o utilize para tratar não da mudança linguística mas da gramática do letrado brasileiro. Segundo ela, a criança chega à escola com sua gramática adquirida, sua L1, e entra em contato com uma outra gramática (é bom levar em conta os casos em que essa outra gramática da escrita pode ser mais próxima ou mais distante da L1 da criança – a depender do contexto social que a cerca, da sua maior ou menor exposição à leitura pelos que com ela convivem, entre outros fatos; e aqui, sim, podemos dizer que no Brasil, há uma clivagem entre a gramática adquirida e a da escola). O resultado, segundo Kato, é que a gramática do letrado brasileiro contém traços da sua L1, traços de uma L2, que vêm através principalmente do contato com uma gramática de gerações passadas, que podem ser aprendidos apenas parcialmente; além disso, essa gramática pode conter “arbitrariedades”, ou seja, traços que não estão presentes nem numa nem noutra gramática, mas frutos exatamente desse descompasso entre a L1 e gramática da escola. Basta ler em matérias de autores letradíssimos, em jornais de ampla circulação, casos de ênclises (para não fugir ao tema mais caro aos gramáticos tradicionais), que não são nem da gramática do PE nem do PB, pela simples razão de que este é ponto de honra no ensino e a falta de intuição leva o falante brasileiro, que tem na próclise a posição natural do clítico, a fazer uma ênclise com atrator, contrariando sua L1, que é proclítica e a gramática do PE, que usaria a próclise por conta dos “atratores” (como em *Também falou-se, Até deu-me*), com abundante ocorrência nos jornais dirigidos ao público A, ou ainda num contexto em que a ênclise não ocorre em qualquer língua que tenha clíticos (*o aluno me disse que tinha entregado-o no prazo*).

De todo modo, o “modelo anacrônico” que ainda orienta os livros didáticos e só prejudica o ensino, como sempre insistiu Faraco (2008, p. 47) vai, aos poucos, se modificando porque já não é dominado nem pelas gerações mais novas de docentes. O mesmo autor (Faraco, 2018, p. 47) chama a atenção para o fato de que com a internet “acervos quase infinitos de texto estão ao alcance direto dos internautas. Ao mesmo tempo, tem-se a impressão de que nunca antes tantos escreveram tanto como nos meios eletrônicos (textos, porém, nem sempre padronizados). [...] Com isso as mais diferentes variedades linguísticas se tornaram audíveis, o que não ocorre com outros meios de comunicação”. O autor termina seu artigo perguntando: “Que resultados trará a ampla circulação da escrita não padronizada? Que resultados decorrerão da abertura da internet às mais diversas variedades da língua? Só o futuro dirá”.

Eu ousar dizer que as legendas de filmes constituem uma evidência de que o português adquirido no Brasil já vai ganhando o espaço antes reservado ao português da escola. O espectador atento verá que, em sua maioria, muitos fenômenos da L1 do brasileiro, como os que foram ilustrados neste artigo, já são mais frequentes do que os que ainda caracterizam a escrita mais padronizada. E o mais importante é o fato de que o público em geral nem se dá conta, porque as legendas não se diferenciam da sua gramática.

5. Algumas considerações finais

Com este artigo, espero ter trazido algumas reflexões sobre a importância de levar em conta a história social numa análise sobre mudança linguística. Com base no que foi aqui relatado, a emergência de uma gramática “brasileira” era inevitável. As gerações mais jovens não aprenderam as regras do PE que contradizem os traços nacionais resultantes do intenso contato durante a colonização. Por outro lado, muitos traços do PE foram implementados pelos aloglotos, que, ao mesmo tempo, implementaram traços do PB, que seguiriam seu caminho por aqui, muitos dos quais viriam a mudar além-mar ao longo dos séculos que se seguiram ao descobrimento.

Tarallo (2018 [1993, p.19]) já suspeitava da introdução de inovações sintáticas no PB antes do século XIX. Segundo o saudoso linguista, “circunstâncias sociais antes da virada do século XIX podem não ter sido suficientes o bastante para encorajar os brasileiros a deixar escorrer sua própria tinta”. Acredito que as questões mostradas por Tarallo (e as que aqui são acrescentadas) tenham ocorrido muito antes da interpretação dos analistas, escondidas pelo duradouro analfabetismo no país e pela ideia de que o que se falava aqui pela quase totalidade da população não era uma “gramática nacional”.

A verdadeira clivagem que existe no português brasileiro é a ignorância entre distância do modelo de gramática adotado e do português que se desenvolveu no Brasil, continuando o curso do português que aqui chegou mas incorporando outros traços, de difícil aprendizagem pelo grande contingente de africanos escravizados e seus descendentes, como as flexões, entre as quais podemos incluir os clíticos não-dêiticos, que não foram adquiridos, mas substituídos principalmente pelos complementos nulos (já presentes em pequena quantidade no português europeu e se expandiriam com variantes perfeitas para clíticos de difícil aquisição/aprendizagem), além das inovações, que incluem o uso de pronomes nominativos em todas as funções no PB. É urgente uma revisão mais realista da ideologia em torno da “unidade na diversidade”, para que a diversidade seja conhecida e reconhecida. Essa norma da escrita, em que já se implementa tanta inovação (vinda da gramática da fala) exige muita pesquisa e uma mudança no preconceito que cega os que ainda acham que a fala, esse patrimônio que é adquirido naturalmente, seja apenas uma coisa de menor importância. Toda tentativa de sistematização da escrita brasileira, fruto do descompasso entre o que “se pode falar” e o que “se deve escrever”, uma pregação de inúmeros filólogos do século XX, exige conhecimento de gramática e do legado que temos de uma extensa agenda de pesquisas acadêmicas aqui desenvolvidas. Olhamos para esses resultados à luz do que o Projeto *Para a História do Português Brasileiro*, criado por Ataliba de Castilho, desde 1997 (ver os frutos dessa fundação registrados em Castilho, 1998), certos de que a história linguística não pode ser apartada da história social certamente nos iluminará o caminho de uma pesquisa isenta de ideologias.

Fontes Históricas

As peças portuguesas se encontram publicadas em sua maioria em Rebello, L. F. (org.) *Teatro Português em um Acto (1800-1899)*; *Teatro Português em um Acto (1900-1950)*; e *Todo o Teatro*, publicados em Lisboa pela Imprensa Nacional, Casa da Moeda, respectivamente em 1997, 2003 e 2006. Outras peças foram recolhidas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. As peças brasileiras de Martins Pena, França Júnior e Millôr Fernandes estão todas publicadas. As demais se encontram disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que atualmente distribui sob encomenda, as peças que se encontram cadastradas na SBAT – Sociedade Brasileira de Autores Teatrais. As peças de Miguel Falabella são encontradas na internet com uma marca d’água “para fins didáticos”. Todas as dissertações e teses contendo as análises reunidas e reinterpretadas neste artigo trazem as peças utilizadas e as respectivas referências relativas à sua publicação.

Referências

- AVELAR, J. De verbo funcional a verbo substantivo: uma hipótese para a supressão de HAVER no português brasileiro. *Letras de Hoje*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 143, p. 49-74, 2006.
- BRAGA, M. L. *Concordância de número do sintagma nominal no Triângulo Mineiro*. 1978. 103f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1978.
- CALLOU, D; BARBOSA, A. Normatização e ensino no final dos oitocentos
In: AGUILERA, V. (ed.) Para a História do Português Brasileiro, v. II, Vozes Veredas Voragens, Londrina: Eduel, 2009, p. 631-653.
- CARDOSO, M. M. C. *Estratégias de indeterminação em peças portuguesas e brasileiras: uma análise contrastiva*. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas), Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.
- CASTILHO, A. T. *Para a História do Português Brasileiro*, v. I: Primeiras ideias (Org.). São Paulo: Humanitas / FAPESP, 1998.
- CREISSELS, D. Typology. *In: HEINE, B.; NURSE, D. (eds.) African languages: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 232-258.
- CYRINO, S M. L. *O objeto nulo no Português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. 1994. 217f. Tese (Doutorado em Linguística), Campinas: UNICAMP, 1994.
- DUARTE, M. E. L. A perda ordem V(erbo) S(ujeito) em interrogativas Qu no português do Brasil. *DELTA*, v. 8, n. especial, p. 37-52, 1992.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. *In: ROBERTS, I; KATO, M. A. (Orgs.). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP. 1993, p. 107-128. [ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 83-103].
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio “Evite Pronome” no português brasileiro*. 1995. 151f. Tese (Doutorado em Linguística), Campinas: UNICAMP, 1995.
- DUARTE, M. E. L. (ed.). *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): Estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- DUARTE, M. E L. O sujeito nulo referencial no português brasileiro e no português europeu. *In: GALVES, C.; KATO, M. A.; ROBERTS, I. (orgs.) Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2019. p. 93-126.

DUARTE, M. E. L. Nondeictic accusative and dative clitics and their variant forms in European and Brazilian Portuguese. *PROBUS*, v. 36, n. 2, p. 318-248, 2024.

DUARTE, M. E. L.; GOMES, C.; PAIVA, M. C. Codification and standardization in Brazilian Portuguese. In: MUHR, R. (ed.), *Pluricentric languages and nondominant varieties worldwide*. Frankfurt am Main: Peter Lang. 2016, p. 51-65.

DUARTE, M. E. L.; GOMES, C.; PAIVA, M. C. Beyond the dichotomy Dominantand/ Non-Dominant varieties of Pluricentric Languages: the case of Brazilian Portuguese; In: MUHR, R.; DUARTE, M. E. L.; RODRIGUES, C.; THOMAS, J. (eds.) *Pluricentric Languages in the Americas: Series 2: Researching Pluricentric Languages*, 2021, p. 157-152.

DUARTE, M. E. L.; MARINS, J. Brazilian Portuguese: a null subject language? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 63, p. 1-21, 2021.

EGERLARD, V. Impersonal pronouns in Scandinavian and Romance. *Working Papers in Scandinavian Syntax*, v. 71, p. 75-102, 2003.

FARACO, C. A. O Tratamento *você* em Portugues: Uma Abordagem Historica. *FRAGMENTA*, v. 13, p. 51-82, 1996.

FARACO, C. A. *Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, C. A. Aspectos da história socioeconômica e linguística do Brasil. *Diadorim* (Rio de Janeiro), v. 20, n. especial, p. 23-52, 2018.

FERNANDES, U. S. B. *Realizações do dativo de 3a pessoa em peças brasileiras e portuguesas: uma análise diacrônica*. 2018. 97f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas), Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

GALVES, C. A sintaxe do português brasileiro. *Ensaaios de Lingüística*, v. 13, p. 31-49, 1987.

GALVES, C. Revisitando a concordância no português brasileiro. In: GALVES, C.; KATO, M. A.; ROBERTS, I. (eds.), *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*, Campinas: Editora da UNICAMP. p. 127-150, 2019.

GRACIOSA, D. M. *Concordância Verbal Na Fala Culta Carioca*. 1991. 99f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas), Rio de Janeiro: UFRJ. 1991.

GOMES, L. *Escravidão*, v. 1. Rio de Janeiro: Ed. Globo. 2019.

HOUAISS, A. *O Português no Brasil* - Pequena Enciclopédia da Cultura Brasileira, 2ª. ed. Rio de Janeiro: Unibrade, 1988 [1985].

KATO, M. A. A Gramática do Letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, L. J.; LEMOS, A. (eds.), *Ciências da Linguagem*: trinta anos de investigação e ensino, Braga: CEHUM, U. do Minho, 2005, p. 131-145.

KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. do. (Orgs.) *A Construção da Sentença*. São Paulo Contexto. 2015. [1ª ed. 2007 Campinas, Editora da Unicamp]

KROCH, A. Syntactic Change. In: BALTIN, M.; COLLINS, C. (eds.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Malden: Blackwell. 2002, p. 699-729.

LEMLE, M.; NARO, A. *Competências básicas do Português*. Relatório de Pesquisa às instituições patrocinadoras: Fundação MOBIL e Fundação FORD, maio de 1987.

LOPES, C. R.; CAVALCANTE, S. R. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Revista Linguística* (Madrid), v. 25, p. 32-65, 2011.

LUÍZE, T. B. *Entre o PE e o PB: o falar açoriano de Florianópolis*. 1997. 115f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Florianópolis: UFSC. 1997.

LUNGUINHO, M. V.; MEDEIROS JR. P. Inventou um novo tipo de sujeito: características sintáticas e semânticas de uma estratégia de indeterminação do sujeito no português brasileiro. *Revista de Estudos em Língua e Literatura*, v. 23, p. 147-191, 2009.

MARIANTE, B. M. S. *Há quanto tempo o português é brasileiro?* uma reanálise de trabalhos passados sobre a evolução do *ter* e *haver* existencial no contexto do PB. 2023. 36f. Monografia de Conclusão de Curso. Faculdade de Letras, Rio de Janeiro: UFRJ, 2023.

MARINS, J. *As repercussões da remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo: um estudo diacrônico das sentenças existenciais com ter e haver no PB e no PE*. 2013. 154f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Rio de Janeiro: UFRJ. 2013.

MARQUES DE SOUSA, A. A. As realizações do acusativo anafórico no português europeu e brasileiro: um estudo diacrônico. 2017. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas), Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (eds.). *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015.

MATTOS E SILVA, R. V. Para a história do português culto e popular brasileiro. In: ALKMIM, T. (org.) *Para a história do português brasileiro*, vol 3. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 443-464.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>. Acesso em 04 dez. 2024.

MILROY, J. Language ideologies and the consequences of standartization. *Journal of Sociolinguistics*, n. 5, v. 4, 2000, p. 530-555.

MOLLICA, C. *Estudo da cópia nas construções relativas em Português*. 1977. 86f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1977.

MUSSA, A. B. A. *O papel das línguas africanas na história do português do Brasil*. 1991. 242f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas), Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

NASCENTES, A. *Estudos filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1939.

NUNES, J. 2019. Clíticos acusativos de terceira pessoa em português brasileiro como concordância de objeto. In: GALVES, C.; KATO, M. A.; ROBERTS, I. (eds.), *Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp, 2019, p. 151-172.

NUNES, J. Generalized phasal defectivity in Brazilian Portuguese. *Isogloss* 8(4), p. 101-129, 2022.

NICOLAU DE PAULA, M. *A ordem VS/SV e as interrogativas-Q no PE e no PB: uma análise diacrônica*. 2016. 131f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas), Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

OMENA, N. *Pronome pessoal de terceira pessoa. Suas formas variantes em função acusativa*. 1978. 152f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1978.

PAGOTTO, E. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In: CALLOU, D.; BARBOSA, A. *A Norma Brasileira em Construção: cartas a Rui Barbosa (1866-1899)*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2011, p. 105-166.

PAGOTTO, E. A norma das constituições e a constituição da norma no século XIX, *Revista Letra*, p. 31-50, 2013.

PAIVA, M.C.; DUARTE, M. E. L. *Mudança linguística em tempo real* (orgs.) Rio de Janeiro: ContraCapa. 2003.

PINHEIRO, D; MARINS, J. A trajetória das interrogativas-QU, clivadas e não clivadas no português brasileiro. In: DUARTE, M. E. L. (org.) *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): Estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012, p. 161-180.

ROCHA, P. R.; CUNHA JR, M. O ensino secundário no Brasil. In: CASTRO, P. A. *et al.* (orgs.). *Escola em tempo de conexões*. Campina Grande: Realize Editora, 2022. p. 319-339.

SCHERRE, M. M. P. *A Regra de Concordância de Número no Sintagma Nominal em Português*. 1978. 174f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Rio de Janeiro: PUC-RJ. 1978.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o Português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I; KATO, M. A. (orgs.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora Unicamp. 1993, p. 55-82. [2018, ed. São Paulo: Contexto].

VIEIRA PINTO, C. A. *Variação do objeto anafórico acusativo na fala de Florianópolis*. 2015. 164f. Dissertação (Mestrado em Linguística), Florianópolis: UFSC, 2015.

